



## BALANÇO 2022 E PERSPECTIVAS 2023

### GOIÁS

#### Produção industrial goiana – PIM-PF

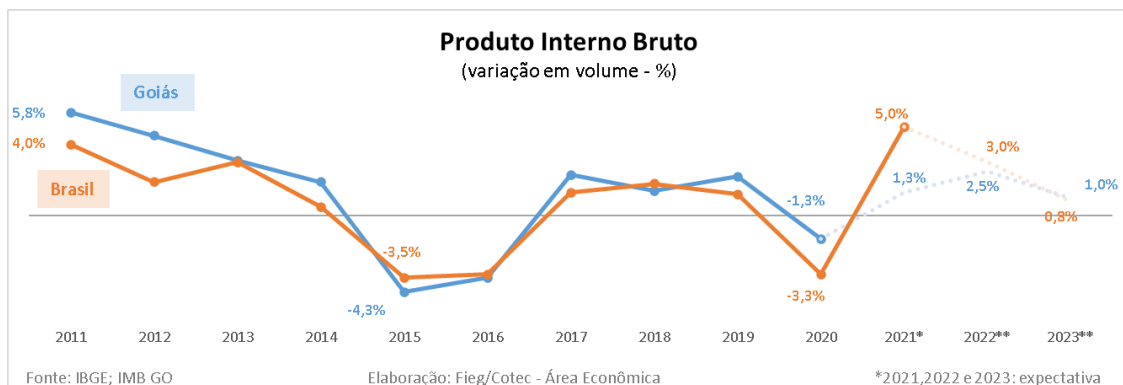
- ⇒ **2022:** 2,0% até outubro (variação acumulada em doze meses)
  - 2022: expectativa de crescimento de 2,5%, para o ano
- ⇒ **2023:** previsão é que o setor industrial mantenha o bom desempenho de 2022 e encerre o ano com alta de 2,5%



- ⇒ Setores com os melhores desempenhos:
  - fabricação **biocombustíveis**, com variação acumulada de 5,6% em 2022, e 1,8% no acumulado em doze meses, sendo a produção de álcool etílico a maior responsável pelo crescimento dessa atividade;
  - fabricação de **produtos alimentícios**, com alta acumulada de 2,5% no ano, e 2,4% no acumulado dos últimos doze meses; e
  - a **indústria extrativa**, que acumula crescimento de 6,0% nos dez meses do ano, e 7,2% no acumulado em doze meses.
  - a construção civil, aqui representada por produtos de metal e produtos de minerais não metálicos, apresentaram bom comportamento no ano. A expectativa, visto que o mercado está aquecido, é de que haja avanço, em especial com a concretização da redução dos preços dos insumos.

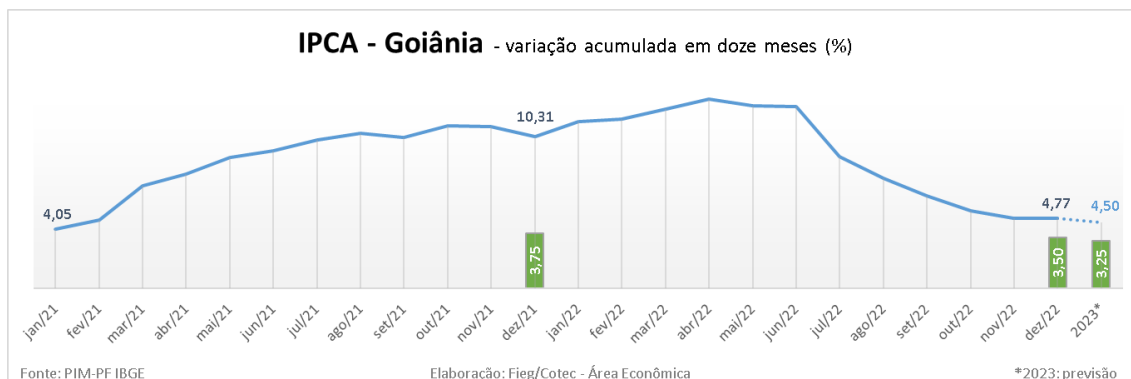
#### PIB Goiano

- ⇒ 2020: -1,3% variação em volume (última divulgação disponível)
  - R\$ 224,126 bilhões
- ⇒ 2021: a expectativa é de um crescimento de 1,3%, recuperando parte das perdas do ano anterior
- ⇒ 2022: expectativa ainda mais otimista, avanço de 2,5% no PIB goiano, com destaque para o setor industrial, que deve continuar a crescer e ampliar sua participação
- ⇒ 2023: deverá ser um ano de ajustes e alguns assuntos preocupam, a exemplo das contas públicas nacionais, o que pode afetar a dinâmica da economia regional sob a ótica dos investimentos, sendo assim, espera-se um menor crescimento do PIB goiano para esse ano, 1,0%



## Inflação Goiânia (IPCA)

- ⇒ 2022: 4,77%, abaixo da inflação nacional, que atingiu 5,79%, porém ainda assim, ambos acima da meta estabelecida pelo governo federal (3,50%) – estouro da meta estabelecida pelo Banco Central
- ⇒ 2021: a inflação Goiânia foi de 10,31%. Em 2022 forte recuo
- ⇒ 2023: a expectativa é que a inflação goiana fique em 4,50%, e a nacional em 5,31%. Mantendo-se, portanto, acima da meta do governo que é de 3,25% para este ano.



- ⇒ Ao longo de 2022 a inflação Goiânia (IPCA) teve vestuário (21.52%), seguido por saúde e cuidados pessoais (13.16%) e “alimentos e bebidas” com crescimento de 12,47%
- ⇒ Para 2023, além desses setores, “transporte” deve voltar a figurar entre os grandes responsáveis pela inflação, em razão da majoração do ICMS.
- ⇒ Fato a se destacar é que as medidas de estímulo ao consumo lançadas no início de 2022 não poderão ser utilizadas agora, como liberação de FGTS e adiantamento de 13º salário para aposentados e pensionistas, o que já tem impactado no arrefecimento do consumo

## Energia

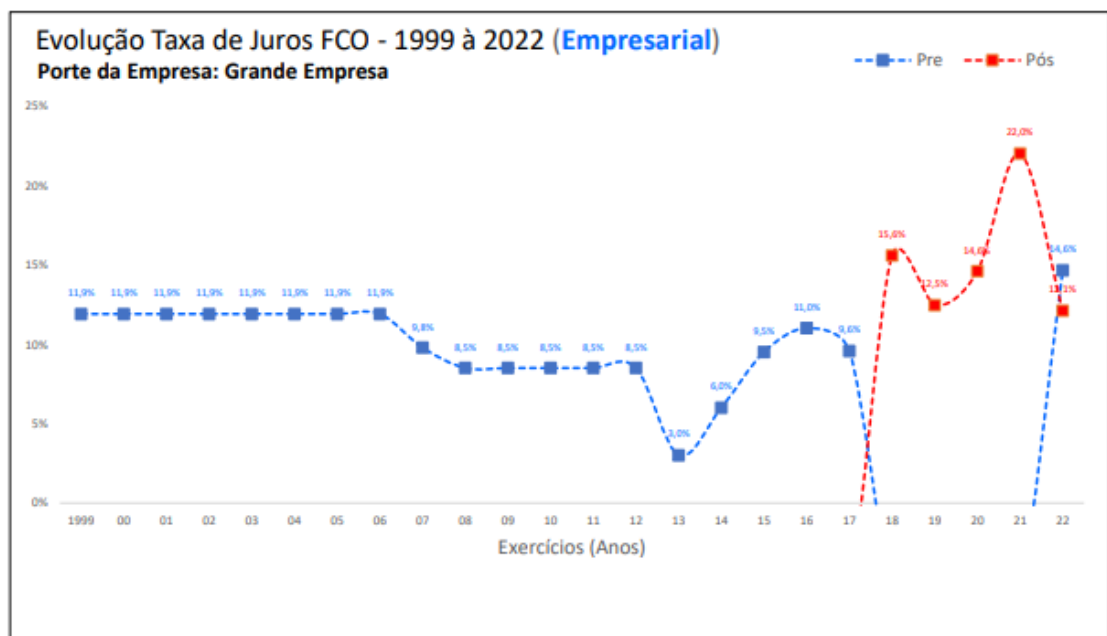
- ⇒ Grande preocupação do setor industrial (um dos principais insumos para a produção) e das demais classe de consumo.
- ⇒ Após a privatização e os investimentos realizados pela Enel, os problemas continuaram (má qualidade dos serviços e irregularidade do fornecimento), impactando, inclusive, na vinda de novas empresas



- ⇒ Presidente da Equatorial, informou que o sistema de distribuição de energia elétrica no estado é crítico (44% dos transformadores com sobrecarga e mais de 72% das extensões das redes de baixas tensões).
- ⇒ 2023: a nova empresa que assume a distribuição de energia elétrica traz no seu discurso que a situação é crítica e que investimentos devem ser realizados. A expectativa é de que tenhamos um período aprensivo, em especial com a regularidade do serviço, e posteriormente, com o fornecimento para novas unidades fabris. Teremos que acompanhar de perto.

## FCO (juros)

- ⇒ 2022:



- ⇒ 2022 foi um ano de mudança na metodologia de cálculo dos juros do FCO empresarial, inclusive criando-se a possibilidade de contratação de juro pré-fixado. Foi um avanço. Os recursos do Fundo findaram em outubro, não sendo possível apreciar novas cartas consultas.
- ⇒ Juros de 2022 (pós-fixado) 5,43% para pequena empresa, 7,25% para média empresa e 12,10% para grande empresa. Juros (pré-fixado) 9,25% para pequena empresa, 13,17% para média empresa e 14,64% para grande empresa.
- ⇒ 2023: tem-se a expectativa da redução do juro para o programa empresarial. Aguardando manifestação do Ministério de Economia. Recurso previsto para Goiás em 2023 de R\$ 3.138.888.553 (valor orçado), valor este abaixo do orçado em 2022, o que causa expectativa desfavorável de que os recursos não serão suficientes para uma emergente demanda em 2023.

## Produzir

- ⇒ 2022: com o advento da Lei nº 20.997, 03/05/2021, ficou vedada a concessão dos incentivos dos programas Produzir, Microproduzir e Progedir. Assim, em 2022 não



houve novos projetos. As maiores demandas foram administrativas junto ao Conselho Deliberativo do Programa, destacando os casos das empresas em atraso com o programa e sem recolhimento do Protege.

- ⇒ 2023: expectativa de apresentação de solução para casos administrativos de cessação de uso por não pagamento do Protege, inclusive com parcelamento, e demais soluções controversas existentes no Programa. Destaca-se que ainda pode ser pleiteado o COMEXPRODUZIR, LOGPRODUZIR E CENTROPRODUZIR

### Progoiás

- ⇒ 2022: ProGoiás foi criado para atender à necessidade de um programa de incentivo mais seguro juridicamente e, ao mesmo tempo, mais simples e atraente para o contribuinte (lei nº 20.787, 03/06/2020). Da publicação para cá, houve grande empenho do Governo, em especial da Secretaria de Economia, para a migração do programa Produzir para o Progoias.
- ⇒ 2023: Progoais - principal programa de atração de investimento na atualidade. Destaca-se um temor quanto migrar para tal programa, em que pese haja ganho no benefício ofertado deste. O programa é conduzido pela Secretaria de Economia e ainda não foi implementado o Conselho Consultivo composto pelos presidentes da FIEG, Fecomércio, FAEG, ADIAL, OCB-GO, FACIEG, FCDL-GO e ACIEG, fato este que deixa os setores representativos distantes das decisões do programa
- ⇒ Já há necessidade de revisão da lei para melhorar o processo. Importante a implementação do Conselho e o debate para avançar na atração de investimento para Goiás

### Protege

- ⇒ 2022: contribuição para usufruir benefício fiscal como contrapartida. Sofreu majoração para o setor industrial de 5% para 15%. Trouxe grande impacto internamente para as empresas e ganho aos cofres públicos. Houve redução da alíquota para 10% de julho até dezembro. Alívio ao setor produtivo.
- ⇒ 2023: para janeiro tem-se o retorno da alíquota de 15%, em que pese tenha ocorrido manifestação empresarial para, pelo menos, mantê-la em 10%. Não se espera mudança com relação ao que hoje é cobrado exigindo a adaptação das empresas no que se refere ao mercado concorrente.

### Fundeinfra

- ⇒ 2022: criado pela Lei 21.670/22 e Lei 21.671/22, regulado pelo Decreto nº 10.187 e com a emissão de 03 (três) IN sobre o assunto.
- ⇒ **Objetivo:** captar recursos financeiros destinados ao desenvolvimento econômico do Estado de Goiás. Sua gestão ficará a cargo da GOINFRA
- ⇒ Percentuais e produtos:
  - Cana-de-açúcar 1,2%
  - Milho 1,1%
  - Soja 1,65%



- Carne fresca, resfriada, congelada, salgada, temperada ou salmourada, e miúdo comestível resultante do abate de gado bovino ou bufalino 0,5%
  - Gado bovino e bufalino 0,5%
  - Amianto; ferroliga; minério de cobre e seus concentrados; ouro, incluído o ouro platinado 1.65%
- ⇒ 2023: apreensão entre governo estadual e setor produtivo, em especial a agropecuária. Com expectativa de judicialização quanto a cobrança da contribuição, em especial quanto às exportações. Com a cobrança desta contribuição tem-se um aumento da carga tributária na cadeia produtiva e ainda, os percalços da indústria ser substituído tributário pela operação anterior.

**Pontos de preocupação:** relação com o Governo federal com o Governo estadual e com a CNI (quais as ações que serão implementadas e seus reflexos na indústria); majoração da alíquota de ICMS combustível (expectativa de aumento do preço do frete e dos insumos); energia elétrica (disponibilidade para novos empreendimentos, melhoria na qualidade da energia fornecida e regularidade no fornecimento); infraestrutura (necessidade de duplicação de rodovias, recapeamento, manutenção – primando pela logística de escoamento da produção local e diminuição das desigualdades regionais); agregação de valores (maior agregação maior desenvolvimento; valorização das cadeias produtivas, divulgação dos produtos locais; diálogo com o governo estadual (discutir mais sobre a indústria local a nível de política industrial estadual); Reforma tributária (mudança da tributação no destino, diminuição dos incentivos fiscais estaduais).